

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 530.024 - PR (2014/0139082-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP012363  
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685  
JERONIMO BATISTA DE SOUZA MACHADO - PR066728  
MELISSA FERNANDES NISHIYAMA - PR036478  
**AGRAVADO** : AUTO POSTO RVA LTDA  
**ADVOGADO** : HENRIQUE AFONSO PIPOLO - PR025756

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por óbice da Súmula n. 284 do STF e inexistência de afronta aos arts. 515 e 535 do CPC/1973.

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo interposto pelo agravado, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 387/388):

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ALEGAÇÃO DE SAQUES PROMOVIDOS MEDIANTE FRAUDE NA CONTA CORRENTE DO AUTOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO MANEJADO PELO AUTOR.

1. DEMANDA APRECIADA, INSTRUÍDA E JULGADA EM CONJUNTO COM OUTRAS QUATRO AÇÕES. NAS CINCO CAUSAS, OS AUTORES NÃO RECONHECEM DIVERSAS RETIRADAS PROMOVIDAS EM SUAS CONTAS CORRENTES, E REQUEREM A RESTITUIÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES. EM SENTENÇA, O JUIZ ANALISOU ALEGAÇÕES E PROVAS PRODUZIDAS DE FORMA GENÉRICA, COM A MESMA SOLUÇÃO PARA TODOS OS LITIGANTES, SEM INDIVIDUALIZAR OS FATOS ENVOLVIDOS ESPECIFICAMENTE COM CADA PARTE. IMPOSSIBILIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA:

2. CERCEAMENTO DE DEFESA. REQUERIMENTO DE ENVIO DE OFÍCIO À 4ª VARA CRIMINAL DE LONDRINA. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DA AÇÃO PENAL MOVIDA EM FACE DE GERENTE DO BANCO RÉU POR FRAUDE EM CONTAS CORRENTES DE CLIENTES. PEDIDO NÃO APRECIADO PELO JUÍZO A QUO. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 418/423).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o agravante alegou afronta aos arts. 128, 130, 332, 333, II, 460 e 515 do CPC/1973, insurgindo-se contra a anulação da sentença e reabertura da fase instrutória. Destacou (e-STJ fls. 438):

(...) não há pedido, nas razões de apelação, para a produção de nova prova pericial, razão pela qual os vv. acórdãos recorridos, ao determinarem a reabertura da fase instrutória, anulando todo o quanto já produzido, acabaram por violar os comandos contidos nos artigos 128, 460 e 515, todos do Código de Processo Civil, via de

consequência, o Princípio da Devolutividade, leis que compete ao Tribunal a quo o conhecimento, apenas, das questões impugnadas no recurso (*Tantum Devolutum quantum apelatum*).

Ora, N. Ministros, o Recorrido, nas razões de apelação, se limitou a reiterar tudo o quanto aduzido na inicial e demais manifestações, não trazendo elementos concretos suficientes à rejeição dos fundamentos adotados pela sentença ou mesmo das provas existentes nos autos.

Subsidiariamente, aponta ofensa aos arts. 535, I, do CPC/1973 e 935 do CC/2002, sob o argumento de que o Tribunal de origem teria sido omissos quanto à alegação de que a responsabilidade civil independe da criminal, sendo desnecessária a resposta do juízo criminal requerida pelo agravado.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 459/469).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ao reconhecer a nulidade da sentença, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para nova sentença, o TJPR assim se pronunciou (e-STJ fls. 393/396):

Observa-se, portanto, que o fundamento da sentença transcrito acima não poderia ter sido utilizado, genericamente, para embasar a improcedência do pedido formulado nas cinco demandas, como ocorrido.

(...)

Observa-se, na verdade, que as cinco demandas propostas em face do banco réu possuem situações específicas e individualizadas, as quais deveriam ter sido levadas em consideração separadamente no momento de seus julgamentos. Ressalte-se não haver, em regra, vedação ao julgamento conjunto de mais de uma demanda, contanto, que sejam apreciadas as situações fáticas de cada causa individualizadamente, para que se alcance uma decisão justa e adequada para cada ação.

No caso em tela, as provas produzidas foram apreciadas genericamente pelo Juízo *a quo*, como se tivessem relação com todas as causas, o que, como se viu, não é o caso de parte significativa delas.

Por estas razões, impõe-se a anulação da sentença, com a devolução dos autos ao Juízo de origem para prolação de nova decisão.

Nesse contexto, o argumento para determinar a nulidade da sentença foi o reconhecimento de que o julgamento conjunto das 5 (cinco) ações entre agravante e agravado utilizou genericamente de fundamentos que não se aplicariam a todas elas e não à suposta necessidade de nova prova pericial, como sustentou o banco recorrente. Dessa forma, a modificação das conclusões da Justiça local demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Quanto à alegação de independência das instâncias cível e criminal, constou do acórdão recorrido (e-STJ fl. 397):

A análise da tramitação da ação criminal mencionada mostra-se relevante para o desfecho da causa cível sob exame, na medida em que os fatos lá investigados guardam relação com os alegados na presente ação. Tal análise ganha especial importância devido à conclusão alcançada pela prova pericial grafotécnica produzida na presente demanda, qual seja, a falsidade de assinaturas de inúmeros recibos de retirada, conforme aduzido pelos autor/apelante e consoante o laudo respectivo (fl. 173/271).

Assim, após a informação obtida em audiência de que referida gerente respondia a ação penal, o autor Auto Posto RVA Ltda, em suas alegações finais, as quais, por provável equívoco do Cartório do Juízo *a quo*, foram juntadas aos autos 1094/05 (AC 942962-3 - fls. 871/873), requereu o envio de ofício à vara criminal para obtenção de informação sobre aquela demanda, diligência pertinente para o desfecho da presente demanda cível, visto que os fatos investigados naquela ação penal assemelham-se aos narrados nesta ação.

Entretanto, o Juízo *a quo* sequer apreciou tal pleito, tendo, em seguida, proferido a sentença.

No caso dos autos, a Justiça local decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator